

## **A GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA**

*Mariana Carlos de Andrade Lyra*

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

*Rosineide Pereira Mubarack Garcia*

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

**Resumo:** este artigo objetiva apresentar marcos teórico e as reflexões norteadoras de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. O trabalho tem como *lôcus* a Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB e apresenta o escopo de reafirmar o ensino superior público como direito social, enfatizando a importância de políticas de permanência a partir do conhecimento do perfil da comunidade acadêmica. Nesse sentido, o artigo delinea, primeiramente, considerações acerca da relevância de políticas educacionais e sua relação com a fundação da UFSB, assim como, discorre sobre a gestão educacional na instituição e a permanência estudantil, focando o contexto brasileiro e enunciando categorias teóricas principais a partir de Secchi (2013), Imperatori (2017), Dutra e Santos (2017), Dias, (2008), Souza, (2014), Lynch, (2018) dentre outros. Os resultados preliminares já revelam que é uma pesquisa pioneira na instituição, pois versa sobre o perfil dos estudantes dos cursos de graduação da UFSB, a ser estruturada em uma base de dados quantitativo, organizados em categorias e subcategorias, visando contribuir para construção de estratégias de gestão e tomada de decisão nas políticas institucionais da UFSB.

**Palavras chave:** Políticas públicas. Política Estudantil. Ensino superior.

### **1. Introdução**

A educação é um direito social de todos, constitucionalmente garantido, dever do Estado e da família que será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercer a cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Nas legislações infraconstitucionais, as diretrizes para o exercício desse direito irão ser delineadas e a educação ganha sua forma: educação infantil, básica (pré-escola, o ensino fundamental e o médio) e o ensino superior.

Livre à iniciativa privada, os serviços de educação são ofertados pelos entes da federação brasileira: a União, os Estados e Municípios. Cada um deles possui prerrogativas e preferências para a concretização do direito à educação. O sistema federal de ensino compreende as instituições mantidas com recursos da União, abrangendo as universidades

federais do país, “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996)

A democratização do acesso ao ensino superior no Brasil foi fomentada com a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007), programa integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Em dezembro daquele mesmo ano foi instituído o Programa Nacional de Assistência estudantil - PNAES – através da Portaria Normativa Ministerial nº 39, considerando-o como uma estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais e salientando sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007).

O PNAES articula-se com dimensões mais amplas como a redução da retenção e a garantia do direito à educação, sendo regulamentado apenas em 2010 com a publicação do Decreto nº 7.234. Constitui-se como uma política educacional envolta no domínio das políticas públicas, localizadas em determinado contexto político e social. Sua formação atrela-se aos interesses próprios do REUNI como a inclusão social, o aumento do número de vagas e a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais. Com a interiorização do ensino superior – proposta desde o Plano Nacional de Educação 2001/2011 – e consequente mudança do perfil socioeconômico dos estudantes das universidades federais, a assistência estudantil torna-se primordial para a continuidade dos esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública.

Fruto desta conjuntura, a Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB foi fundada, iniciando suas atividades em 2013. Inspirada na obra de Anísio Teixeira, esta Universidade possui algumas características inovadoras para a realidade baiana das Instituições Federais de Ensino Superior: arquitetura curricular organizada em Ciclos de Formação; regime letivo quadrimestral; pluralismo pedagógico e uso intensivo de tecnologias digitais de ensino-aprendizagem (UFSB, 2014). Norteia-se por quatro princípios fundamentais descritos em sua carta de fundação (BRASIL, 2013): eficiência acadêmica, desenvolvimento regional, compromisso com a educação básica e a integração social.

Nasce no território litoral sul da Bahia – abrangendo uma área de 48 municípios – historicamente produtor de cacau até a década de 1980 e em regiões de intensa atividade turística, além das áreas de cultivo de eucalipto e celulose. Apesar da previsão de

investimentos estratégico na região para os próximos anos – como a construção de ferrovias de escoamento da produção e aeroportos internacionais – a região sul do estado apresenta indicadores educacionais precários. No sentido da formação superior, a situação não é diferente; contava apenas com quatro instituições públicas: a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (Ilhéus), a Universidade do Estado da Bahia – UNEB (campus Eunápolis e Teixeira de Freitas), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (Ifba) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano). A demanda social é grande: potencialmente são anualmente 24. 700 candidatos (formandos do ensino médio de escolas) para 1.475 vagas em cursos regulares do setor público. A necessidade de uma Instituição Federal de Ensino superior – IFES no Sul da Bahia que atendesse aos anseios do desenvolvimento local e regional era explícita (UFSB, 2014).

Considerada uma jovem universidade, a UFSB possui diversos desafios para implantação e consolidação em seu território de abrangência. Seus pilares formativos, projeto pedagógico e perspectiva de alcance da inclusão social fomentam ainda mais a necessidade de implementação de políticas institucionais que permitam seu “florescimento de sua juventude”.

Para a efetivação da democratização do acesso ao ensino superior – principalmente considerando as particularidades socioeconômicas das regiões que receberam as novas instituições – políticas educacionais capilares precisam ser estruturadas. O Programa Nacional de Assistência estudantil - PNAES é considerado uma estratégia para essa efetivação, pois, direciona-se a “dar conta” da mudança do perfil socioeconômico dos estudantes das universidades federais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007).

## **2. A UFSB e a comunidade estudantil: acesso e permanência**

Analisar uma política pública é, de longe, uma tarefa fácil. A complexidade desta empreitada reside nas diversas dimensões e determinações que fazem uma política pública ter sentido em um determinado contexto histórico, político e social. A pesquisa tem, como panorama, as consequências de duas políticas públicas educacionais principais: o REUNI e o PNAES. Entende-se que a partir das mesmas o perfil dos estudantes universitários brasileiro alterou-se significativamente; destarte, a gestão educacional e a construção de diretrizes internas de operacionalização das instituições federais de ensino superior precisam adequar-se à nova realidade.

A assistência estudantil localiza-se enquanto uma política educacional dentro do escopo nacional das políticas públicas. Há uma importância fundamental do processo histórico de construção das políticas educacionais no Brasil, enfatizando-se aqui o ensino superior. Mas o trabalho em andamento não se restringe a esse aspecto de abordagem. Contribuições importantes como a de Soares (2002) analisam essa dimensão histórica desde o século XIX com a criação das primeiras faculdades na colônia portuguesa até os dias atuais, destacando-se seu aporte para a compreensão de diversos aspectos tangenciais à temática como demografia brasileira e o acesso à educação superior, o papel do governo em sua gestão, os atores, estrutura, financiamento e sistemas de apoio às universidades brasileiras; na perspectiva de interação entre educação e sociedade nos diversos contextos, nacionais e internacionais.

Na pesquisa, pensamos a partir do formato cônico e no objetivo de um monóculo: a perspectiva analítica adotada tende a perceber o objeto de estudo com foco em relações mais amplas entre diferentes políticas públicas, atores e contextos políticos e sociais. Metaforicamente, de um pequeno orifício circular – o qual representa a realidade da Universidade Federal do Sul da Bahia – objetiva-se apreender teoricamente as afinidades entre duas importantes políticas públicas educacionais no ensino superior brasileiro: a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007) e o Programa Nacional de Assistência estudantil – PNAES (Decreto nº 7.234).

Com tal fundamentação e justificativa teórica, a apreensão do perfil da vida estudantil da UFSB torna-se o eixo central para revelar-se. Sua relevância paira em inquietações técnicas-operativas cotidianas para operacionalização dos fluxos administrativos e do objetivo final de uma instituição de educação superior, a formação universitária. Quais, então, seriam as estratégias de políticas públicas educacionais de acesso e permanência no ensino superior que condizem com a realidade da UFSB? Quem é o público prioritário dessas políticas?

Assim, a familiaridade com aquilo que estamos concebendo como política pública torna-se elementar: ela trata de um conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões. São diretrizes estruturantes – desde o nível estratégico até o operacional – elaboradas pelos diversos atores para enfrentar um problema público que se apresenta para uma coletividade, não se restringindo à esfera governamental (SECCHI, 2013).

Delimitado este entendimento, é possível compreender a educação para além de um direito social formalmente garantido pelo artigo 6º do texto constitucional (BRASIL, 1988). A educação responde a um problema público, possuindo diretrizes e ações para o alcance de uma situação ideal. Para isso, as políticas públicas educacionais são formuladas pelos diversos atores a partir da formação de uma agenda específica formada por diferentes interesses.

No Brasil, temos um modelo de educação superior baseado na oferta gratuita por meio de universidades públicas estatais, e a oferta paga por meio de universidades privadas e públicas não estatais (exemplo: comunitárias, confessionais etc.). Esta é uma política estruturante (estratégica) dirigida para o enfrentamento de um problema público: a necessidade de formação técnico-científica dos brasileiros (SECCHI, 2013, p. 7).

Por ser estruturante, uma política pública pode ser composta por outras que a operacionalizem. No caso do ensino superior, para além do tipo de oferta público/privado (estratégico), entende-se existem as políticas educacionais capilares deste torso: o REUNI e o PNAES são galhos que cumprem objetivos específicos para a efetivação da macropolítica e cresceram em contextos políticos e sociais localizados.

A Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI objetiva ampliar o acesso e permanência na educação superior pública, no nível de graduação, a partir do aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais e é apoiado em diretrizes como a redução das taxas de evasão, a revisão da estrutura acadêmica, a ampliação da mobilidade estudantil e ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil (BRASIL, 2007). Foi formulado sob o pilar da importância do papel das universidades federais no desenvolvimento econômico e social do país e sua principal finalidade é reduzir as desigualdades sociais que atingem o acesso e a permanência no ensino superior (LIMA; MACHADO, 2016).

Em dezembro daquele mesmo ano de regulamentação do REUNI, o Programa Nacional de Assistência estudantil - PNAES ficou instituído através da Portaria Normativa Ministerial nº 39. No entanto, só foi regulamentado via decreto presidencial, em 2010, fruto da luta de atores sociais como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil – ANDIFES que pautavam o tema como agenda desde 2004 (ANDIFES, 2011).

Nota-se a profunda interdependência entre essas políticas públicas uma vez que o REUNI previu o alargamento da assistência estudantil como uma de suas diretrizes pilares. O

PNAES objetiva, então, a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, a redução das taxas de retenção e evasão, contribuir para a inclusão social pela educação e também minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da graduação (BRASIL, 2010).

Juntas, essas políticas propuseram-se ao rompimento de uma tradição elitista no acesso ao nível universitário do contexto brasileiro, coexistindo diferentes olhares acerca da concretização dessa democratização no acesso e permanência (SOARES, 2012; DE PAULA, 2017; FAVATO, RUIZ, 2018; ANDIFES, 2011). Este trabalho entende que existem diversos desafios para o sistema educacional no país, mas reitera a importância dos desdobramentos dessas políticas na mudança do perfil do universitário brasileiro (ANDIFES, 2011; ANDIFES, 2016) e na oferta de vagas em âmbito nacional, principalmente com a interiorização das instituições de ensino e pela adoção ao Sistema Unificado de Seleção Unificada – SISU projeto

Ressalvadas pertinentes discussões mais amplas acerca dos dados, é importante pontuar que de acordo com a IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação realizada em 2014 pela ANDIFES (2016), houve transformações significativas em categorias centrais para a análise deste perfil: aumento do número de pretos e pardos; evolução da proporção dos estudantes sem renda familiar ou com renda de até três salários mínimos (especialmente na região sul do país); a maioria (60,16%) fez toda sua trajetória da educação básica integralmente na rede pública.

O processo de interiorização das Instituições de Ensino Superior – IFES contribui para a mudança desse perfil (RISTOFF, 2014). Decorrente dessa expansão, a Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB inicia suas atividades em 2013 já com proposta multicampia abrangendo as cidades de Itabuna, Teixeira de Freitas e Porto Seguro e adjacências. É a primeira – e, até o momento, única – Instituição Federal de Ensino Superior da região sul do Estado. Seguindo as diretrizes próprias do REUNI, a universidade possui estrutura curricular diferenciada em mobilidade acadêmica entre campi e cursos, ciclos de formação e proposta de articulação da educação superior com a educação básica com a criação da Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários (CUNI), atendendo a localidades com mais de vinte mil habitantes e com mais de trezentos egressos do ensino médio, em bairros de baixa renda, assentamentos, aldeias indígenas e quilombos.

Em sua carta de fundação (BRASIL, 2013), estabelece quatro princípios: eficiência acadêmica, desenvolvimento regional, compromisso com a educação básica e a integração social:

Reconhecendo a matriz diversa e desigual que caracteriza o tecido social brasileiro, esta Universidade defende equidade no acesso à educação e ao conhecimento, para a construção de uma sociedade mais justa e feliz, implantando medidas eficazes que promovam acolhimento e permanência de estudantes em situações de vulnerabilidade. Nesse sentido, utilizará as melhores tecnologias de informação e comunicação a fim de ajustar a máxima oferta de vagas aos mais elevados níveis de qualidade no ensino, ampliando o acesso à formação universitária sem comprometer a eficiência acadêmica (BRASIL, 2013).

Entendendo a integração social como acolhimento e permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e sua correlação com a perspectiva de inclusão social enunciada pelo REUNI e pelo PNAES, podemos estabelecer compreensões pertinentes sobre assistência estudantil nesta argumentação.

Imperator (2017) faz uma interessante reflexão acerca do espaço da assistência estudantil entre a assistência social e a educação; ressalta-a como direito social dos estudantes em formação para o trabalho e como uma política em processo de legitimação. Dutra e Santos (2017) destacam que existem múltiplos olhares sobre assistência ao estudante em função de diferentes contextos sociopolíticos nos quais se desenvolveram as discussões em torno do tema. Assim, é inviável uma definição consensual de Assistência Estudantil em uma arena de disputas entre concepções mais universais/focalizadas, centralizadas/democráticas, restritas/abrangentes. Esses posicionamentos divergentes são expressões de projetos ideológicos distintos que configuram visões de sociedade, cidadão, Estado e da própria política educacional.

Essas discussões fornecem contribuições ímpares para reflexões em torno do Programa de Apoio à Permanência – PAP da UFSB. Na resolução 01/2016 (UFSB, 2016), o PAP é normatizado e define:

O conceito de assistência estudantil como uma forma de minimizar as desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais e regionais, levando-se em conta sua importância para a aplicação e a democratização das condições de permanência no ensino superior dos estudantes comprovadamente em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica (UFSB, 2016, p.1).

A normativa define também as modalidades de bolsas e auxílios, além de estabelecer critérios para acesso, renovação, cancelamento, público alvo, entre outros. Estão previstos: Auxílio Alimentação; Auxílio Idiomas; Auxílio Intercâmbio; Auxílio Creche; Auxílio Material Didático; Auxílio Mobilidade; Acessibilidade; Auxílio Eventos; Auxílio Emergencial; Auxílio Instalação; Auxílio Moradia; Auxílio Transporte; Bolsa de Apoio a Permanência. A seleção é realizada através da publicização editais públicos e periódicos (de fluxo contínuo ou não), observando a disponibilidade orçamentária e o planejamento da Comissão de Políticas Afirmativas – CPAF; órgão consultivo e deliberativo da Pró-reitoria de Sustentabilidade e Integração Social – PROSIS, instância responsável pela gestão da assistência estudantil da UFSB.

A pesquisa da qual este artigo é um parcial resultado versará acerca do perfil dos estudantes dos cursos de graduação da UFSB. É um trabalho pioneiro na instituição e visa contribuir para construção de estratégias de gestão que considerem o seu público alvo. A gestão é apreendida como um “conjunto de técnicas, destinadas a racionalizar e otimizar o funcionamento das organizações”; é um sistema de organização do poder (GAULEJAC, 2007, p. 35) e envolve atividades de planejamento, coordenação e controle. Uma organização é, então, uma estrutura hierárquica de poder que funciona para atender determinados fins (DIAS, 2008). As formas de gestão são entendidas como as diretrizes orçamentárias, administrativas, sociais e acadêmicas que os atores, individuais e coletivos, apropriam-se para planejar e operacionalizar políticas educacionais – como o PNAES – no âmbito de um locus privilegiado da realidade social, a própria UFSB.

Aqui cabe uma objetiva ponderação sobre uma importante categoria analítica das organizações contemporâneas, o poder, compreendido a partir das análises de Michael Foucault. Neste sentido, entende-se que o poder emana de todos os lugares, de forma capilar e horizontalizada na teia de relações da sociedade, dos indivíduos, no cotidiano, para além de estruturas institucionais formais (DIAS, 2008; SOUZA, 2014; LYNCH, 2018).

Presente também no seio das universidades, o poder de decisão, controle e gerenciamento influencia no dia a dia dos sujeitos e em suas determinações materiais e subjetivas. Assim, entendemos que as formas de gestão de políticas públicas específicas – como a assistência estudantil – definem o grau de adequação das alternativas postas para atender às consequências do problema público identificado: a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social nos cursos de graduação, resultado direto de iniciativas de

democratização do acesso ao ensino superior para promoção da inclusão social através da educação.

A análise de um recorte específico não se restringirá a aspectos pontuais e privativos. Ao contrário, buscar-se-ão elementos fundamentais para percepção de conexões mais amplas entre políticas públicas educacionais contextualizadas na realidade brasileira. A fotografia do monóculo que se pretende capturar revela essas relações e contribui na luta para garantia de um ambiente universitário democrático, público e que reafirme o direito ao ensino superior aos cidadãos brasileiros.

### **3. Percorso metodológico**

A pesquisa em andamento reflete as inquietações cotidianas de uma profissional da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. Como trabalho em construção, foi reformulado a partir da realização da primeira etapa do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Em um primeiro momento, o limiar analítico era a própria gestão do Programa de Permanência Estudantil da UFSB com o “pano de fundo” teórico do REUNI e PNAES apresentado no corpo deste trabalho. No entanto, ao longo do primeiro ano da pesquisa, não foi possível continuar o processo sem questionar o fundamento do próprio processo de gestão; sem refletir acerca das potencialidades e desafios para a materialização de uma jovem universidade do território do Sul da Bahia e sem perceber a importância de retorno ao fundamento de uma instituição: a quem servimos? Quem é o nosso público?

Tais perspectivas proporcionaram um novo viés e foco para a realidade social ora pesquisada. Se o REUNI e o PNAES proporcionaram mudanças no perfil dos estudantes universitários brasileiros, qual será esse perfil na UFSB? Ele condiz com o perfil traçado pela ANDIFES? A construção de um “observatório da vida estudantil” é essencial para a construção de estratégias de gestão e políticas institucionais eficazes para mudanças sociais efetivas. Esse é o objetivo do trabalho que está em análise no Comitê de Ética de pesquisa e será realizado no ano em curso.

O propósito é apreender dimensões da vida de sujeitos que são mistificados, muitas vezes, como números de matrícula. Não se pode pensar o espaço universitário atual como um

ambiente imutável e impenetrável às mudanças geradas por contextos políticos e sociais específicos. “Os novos integrantes do espaço” são egressos das mais diversas instituições e modalidades de ensino, socialmente dirigidas conforme suas conjunturas.

Como produto da pesquisa em curso, pretende-se criar um banco de dados com informações e dados relevantes para serem utilizados pela gestão da UFSB em diversas perspectivas: acadêmica, financeira, para a permanência estudantil e fortalecimento institucional perante o território de abrangência na defesa de para quem a instituição existe.

Neste sentido, um instrumento de coleta será aplicado com os estudantes de graduação dos cursos da UFSB de primeiro e segundo ciclo, veteranos e calouros ingressantes a partir do segundo semestre de 2019. A aplicação dar-se-á através de formulário eletrônico para posterior tabulação em gráficos e tabelas. Tal instrumento é constituído de blocos analíticos inspirados nas pesquisas desenvolvidas pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE e nos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. São dimensões consideradas: perfil socioeconômico familiar; dimensões educativas e origem escolar; condições de saúde; identificação individual; relação com a instituição.

As informações colhidas serão compiladas no banco de dados que deve ser atualizado periodicamente, como um observatório, para que as decisões administrativas estejam amparadas pelo perfil dos discentes da instituição. Elas serão também apresentadas em formato de encarte resumido e diagramado a partir de gráficos e tabelas para divulgação de “quem é a UFSB”.

#### **4. Tecendo algumas considerações**

Este artigo propôs-se em apresentar marcos teórico e as reflexões norteadoras do trabalho em andamento que tem como lócus uma Universidade em construção e ampliação dos seus espaços de discussão e interação com o território. Objetiva reafirmar o ensino superior público como direito social e a relevância de políticas de permanência para o sucesso acadêmico dos universitários brasileiros.

Enquanto pesquisa em curso, o embasamento teórico está sendo delineado a partir dos dados institucionais já consolidados, seu o Plano Orientador, normativas, resoluções, fluxos internos e produções acadêmicas. Como “passo elementar”, a caracterização do lócus

empírico está em processo de construção e informações relevantes sobre a dinâmica da UFSB já estão sendo reveladas.

A Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB possui três campi localizados nas cidades de Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas, respectivamente: Campus Jorge Amado - CJA, Campus Sosígenes Costa – CSC e Campus Paulo Freire - CPF. Nos municípios adjacentes e nas suas sedes, localizam-se os seus colégios universitários os quais constituem a Rede Anísio Teixeira; atualmente, são oito Cunis (colégios universitários) distribuídos nas cidades de: Ilhéus, Itabuna, Coaraci, Ibicaraí, Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Itamaraju.

Os colégios universitários representam uma estratégia de integração social para o acesso de classes populares ao ensino superior (UFSB, 2014). Na prática, são escolas da rede estadual de municípios de abrangência territorial da UFSB – com mais de vinte mil habitantes e com mais de trezentos egressos do ensino médio por ano – que possuem acordo de cooperação com a universidade e disponibilizam salas de aulas, preferencialmente no período noturno, para a formação universitária mediada por tecnologia de informação e comunicação.

A estrutura administrativa da Universidade foi constituída de forma enxuta e descentralizada visando a articulação entre as unidades. Em cada campus há uma Coordenação com setores diversos: Biblioteca, Secretarias Acadêmica e Executiva, Apoio à Infraestrutura, Apoio Administrativo, Decanatos, Centros de Formação e Setor de Saúde, Assistência Social e Sustentabilidade. Já a administração central, é composta pela Reitoria (e vice-reitoria) e por apenas quatro pró-reitorias (com suas diretorias e coordenações próprias): Pró-reitoria de Sustentabilidade e Integração Social – PROSIS, Pró-reitoria de Gestão Acadêmica – PROGEAC, Pró-reitoria de Planejamento e Administração – PROPA, Pró-reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – PROTIC.

O regime letivo da universidade é quadrimestral e baseado em Ciclos Formativos. A seleção dos estudantes é realizada através do Sistema de Seleção Unificada – SISU a partir das notas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Além dessas seleções SISU/ENEM, a Universidade publica editais periódicos com *Vagas Supranumerárias* para estudantes de escolas públicas da região, quilombolas e indígenas.

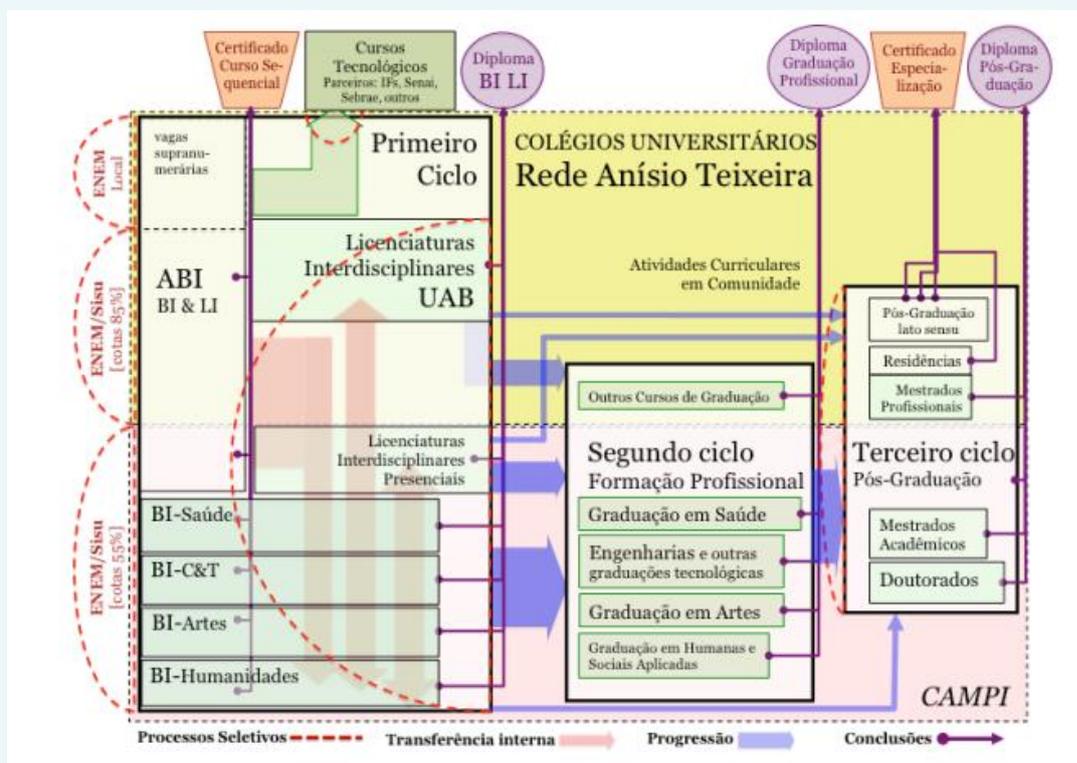
Cada campus oferece todos os cursos de primeiro ciclo interdisciplinares (Licenciaturas e Bacharelados) e a Formação Geral, denominada de Área Básica de Ingresso – ABI – coordenados pelos Institutos de Humanidades, Artes e Ciências - IHAC de cada

Campus. Já os cursos de segundo (Graduação Profissional) e terceiro ciclo (pós-graduação) são ofertados de acordo com os Centros de Formação - CF: CJA – Centros de formação em Ciências Agroflorestais e em Tecnociências e Inovação; CSC – Centros de Formação em Artes, em Ciências Ambientais e em Ciências Humanas e Sociais; CPF – Centro de Formação em Saúde.

A Formação Geral e as Licenciaturas são, preferencialmente, ofertadas nos Cunis como estratégia de fortalecimento da educação básica e formação de professores no território de atuação da Universidade. Essa estratégia também propicia que os estudantes permaneçam nos seus locais de origem e tenham contato com o que a universidade denomina de metapresencialidade; a transmissão online de aulas das sedes para os Cunis de alguns componentes curriculares.

Podemos observar a dinâmica dos ciclos formativos na figura a seguir:

FIGURA I – Fluxograma geral de trajetórias curriculares e modalidades de conclusão de estudos.



Fonte: Plano Orientador da UFSB (BRASIL, 2014).

No levantamento feito em março de 2018 através de dados do *website* institucional, a UFSB possuía 2.947 matrículas ativas de estudantes de graduação em primeiro ciclo: na ABI; nas Licenciatura Interdisciplinar (LI) - Artes e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias, Linguagens e Códigos e suas tecnologias, Matemática e Computação e suas tecnologias; e nos Bacharelados Interdisciplinares (BI) - Bacharelado Interdisciplinar em Artes, em Ciências, em Humanidades e em Saúde. Ainda não há dados compilados dos cursos de segundo ciclo, uma vez que os editais internos de migração são recentes. Os cursos profissionalizantes ofertados pela UFSB são: Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Ambiental e da Sustentabilidade; Artes do Corpo em Cena, Som, Imagem e Movimento, Biologia, Oceanologia, Antropologia, Direito, História; Psicologia e Medicina.

Com relação ao terceiro ciclo são oferecidos três Cursos Lato Sensu, são eles: Especialização em Engenharia Ambiental e Urbana (PPGEAU); em Pedagogia das Artes (EPARTES) e em Saúde Coletiva (PPG-ESC). Também fazem parte deste ciclo formativo os quatro Programas Stricto Sensu: o Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais (PPGCTA – Mestrado); o de Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER - Mestrado); o Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família (PROFSAÚDE – Mestrado) e o Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES - Mestrado e Doutorado).

Os estudantes dos cursos de primeiro e segundo ciclo podem ser contemplados com os auxílios financiados pelo aporte de recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Através da resolução 01/2016, a UFSB normatiza seu Programa de Apoio à Permanência – PAP, responsabilidade da Pró-reitoria de Sustentabilidade e Integração Social – PROSIS. As seleções são realizadas através de editais públicos, observando a disponibilidade orçamentária e as considerações da Comissão de Políticas Afirmativas – CPAF. Os auxílios podem ser acumulados entre si e/ou com uma Bolsa; diferentemente, as Bolsas não podem ser recebidas concomitantemente.

É importante destacar que algumas das modalidades descritas acima ainda não foram ofertadas pela gestão do programa. Cada uma delas possui características próprias: fluxo contínuo ou via editais periódicos; valor de recebimento fixo ou variável; período de recebimento; documentações diversas. Em 2018, por exemplo, o PAP contemplou um número total de 670 estudantes da graduação distribuídos nos três campi e nos Cunis.

A pesquisa proposta visa abranger este universo analítico, a UFSB, sua comunidade estudantil. Considera-se que seus objetivos permitirão a gestão de políticas condizentes com a realidade social, contribuindo para a concretização do acesso e da permanência estudantil. Destarte, delinear o perfil dos estudantes da graduação permitirá entender as particularidades desse contexto específico para que haja a construção e fortalecimento de estratégias de gestão educacional na instituição, as quais visem à democratização do ensino superior e a garantia de direitos.

### Referências Bibliográficas

ANDIFES. *Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras*. Fórum Nacional de Pró- Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/files/flutter/1377182836Relatorio do perfí dos estudantes nas universidades feder ais.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files/flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf). Acesso em 20 de outubro de 2017, às 11h:07min.

ANDIFES. *IV Pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras*. Fórum Nacional de Pró- Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Uberlândia, 2016. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduanso-das-IFES\\_2014.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduanso-das-IFES_2014.pdf). Acesso em 03 de setembro de 2018 às 08h:27min.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 02 de setembro de 2018 às 17h:27min.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em 05 de dezembro de 2018 às 11h:17min.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25/04/2007, p. 7. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em 10 de setembro de 2017 às 09h:25min

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20/07/2010, p.5.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em 08 de setembro de 2017 às 20h:13min.

BRASIL. Ministério da Educação. *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*: Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em 02 de outubro de 2018 às 10h:11min.

BRASIL. Ministério da Educação. *Carta de Fundação da Universidade Federal do Sul da Bahia*. 20 de setembro de 2013. Disponível em: <http://ufsb.edu.br/wp-content/uploads/CARTA-DE-FUNDA%C3%87%C3%83O-Final-04.10.2013.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2017 às 22h:49min.

DE PAULA, Maria de Fátima C. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. *Avaliação*. Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00301.pdf>. Acesso em 03 de outubro de 2018 às 10h:09min.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia das Organizações*. São Paulo: Atlas, 2008.

DUTRA, Natália G. dos R.; SANTOS, Maria de Fátima de S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. *Ensaio: avaliação de política pública Educacional*. Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>. Acesso em 03 de outubro de 2018 às 10h:04min.

FAVATO, Maria Nilse; RUIZ, Maria José F. REUNI: política para a democratização da educação superior?. *Revista Eletrônica de Educação*. v. 12, n. 2, p. 448-463, maio/ago, 2018.

GAULEJAC, Vicent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. [tradução de Ivo Storniolo]. Aparecida/SP: ideias de letras, 2007.

IMPERATORI, Thaís K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

LIMA; Edileusa E.; MACHADO, Lucília Regina de S. Reuni e expansão universitária na UFMG de 2008 a 2012. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 383-406, abr./jun. 2016.

LYNCH, Richard A. A teoria do poder de Foucault. In: TAYLOR, Dianna. *Michael Foucault: Conceitos fundamentais*. Petrópolis/RJ: vozes, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. *Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em 21 de setembro de 2017 às 21h:13min.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação*. Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov., 2014.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOARES, Maria Susana A. (Coord.) *A educação superior no Brasil*. Porto Alegre: IESALC, 2002. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1109.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2018 às 11h:20min.

SOUZA, Ricardo L de. *O poder e o conhecimento: Introdução ao pensamento de Michael Foucault*. Salvador: EDUFBA, 2014 (Cap. 4).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. *Plano Orientador*. 2014. Disponível em: <http://ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Final1.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2017 às 17h: 24min.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. *Resolução 01/2016*. Cria nova normatização para o Programa de Apoio à Permanência do estudante de graduação da UFSB e revoga a Resolução nº 7/2015. Disponível em: <http://ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Resolucao-n%C2%BA-01-2016-UFSB-PAP-Versao-Ad-Referendum.pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2017 às 17h:53min.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. *Resolução Consuni 003/2016*. Institui a Comissão de Políticas Afirmativas - CPAf como órgão consultivo e deliberativo da Pró-reitoria de Sustentabilidade e Integração Social da Universidade Federal do Sul da Bahia. Disponível em: <http://ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o->

[n%C2%BA-003-2016-Comissao-de-Políticas-Afirmativas-1.pdf](#). Acesso em 13 de outubro de 2017 às 18h:00min.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

**Mariana Carlos de Andrade Lyra**

Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (em curso), UFRB; Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)- Brasil; Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB); E-mail: [mca.lyra@hotmail.com](mailto:mca.lyra@hotmail.com).

**Rosineide Pereira Mubarack Garcia**

Doutora em Educação, UFBA; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- Brasil; Professora Associada do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Professora permanente do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB); Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Avaliação e Tecnologias (GEAT). E-mail: [rose.mubarack@ufrb.edu.br](mailto:rose.mubarack@ufrb.edu.br).